

Avanços de Goiás podem ruir “em um minuto” nas mãos erradas, alerta Caiado

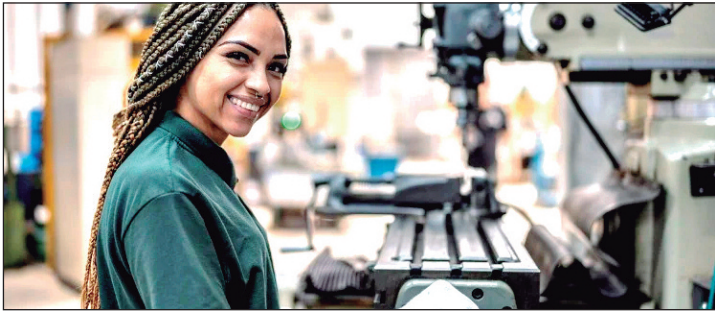


Governador comparou a volta de maus gestores a pragas capazes de causar danos severos em Goiás.

Página 8

ESCOLA

Formação Sesi e Senai garante emprego para 9 de 10 alunos



Com mais de 80 mil formados em 2025 e taxa de empregabilidade de 93%, profissionalização impulsiona a indústria goiana.

Página 12

DOSIMETRIA

Medida será aplicada caso a caso na execução das penas

Criminalista Pedro Paulo de Medeiros explica que o PL não implica em mudança automática na situação dos condenados.

Página 6



ORÇAMENTO 2026

Paço terá quase R\$ 300 milhões em emendas para investir no próximo ano

A liberação de emendas parlamentares evidencia a articulação do prefeito Sandro Mabel com a bancada.

Página 9

ANÁPOLIS

Câmara aprova LOA 2026 com orçamento ampliado

Projeto estima receitas acima de R\$ 2,5 bilhões, crescimento de 12%, e inclui R\$ 410 mil em emendas parlamentares.

Página 10

ENTREVISTA

KÁTIA MARIA

Vereadora (PT)

“PSB estará junto conosco na chapa”



A dirigente nacional do PT ressalta o bom relacionamento que o partido mantém com o PSB, integrante da base do governo federal. Para ela, o mais adequado é reproduzir essa aliança em Goiás, alinhando as decisões locais ao projeto político nacional.

Páginas 4 e 5

ELEIÇÕES 2026

Daniel rebate Marconi e diz que tucano tenta “pegar carona” no legado de Iris



Vice-governador acusa ex-governador de buscar apoio em uma história que não lhe pertence e lembra que Marconi teria perseguido Iris Rezende.

Página 6

HERIVELTO NUNES

Novo Serra Dourada, o futebol goiano grande outra vez

O estádio é a esperança de renascimento do futebol goiano.

Página 11



EDITORIAL

Congresso inimigo?

A semana no Congresso Nacional expôs, com nitidez desconfortável, a disposição de parte significativa do Legislativo em flexibilizar regras fundamentais do Estado de Direito para proteger aliados e reescrever limites jurídicos ao sabor de conveniências políticas. A aprovação do PL da Dosimetria e a rejeição da cassação da deputada Carla Zambelli compõem um mesmo enredo: o de um Parlamento que, diante de crimes graves, prefere aliviar punições e relativizar responsabilidades.

Ao reduzir de forma ampla os percentuais para progressão de pena, o PL da Dosimetria rompe com a coerência do sistema penal e cria benefícios que ultrapassam, e muito, o caso dos condenados de 8 de janeiro. Especialistas são claros ao apontar que o texto altera regras gerais, afetando inclusive crimes comuns, algo que o próprio relator nega contra todas as evidências. Num país historicamente marcado pela dificuldade de punir crimes sem violência, mas de enorme impacto social, afrouxar tais mecanismos é um recuo institucional preocupante — sobretudo quando motivado pela tentativa de suavizar penas de envolvidos em um ataque direto à democracia.

No mesmo compasso, a decisão da Câmara de manter o mandato de Carla Zambelli, condenada definitivamente pelo STF e atualmente presa no exterior, desafia a lógica mais elementar do exercício parlamentar. A Casa ignorou o próprio entendimento de sua Comissão de Constituição e Justiça, que corretamente apontou a incompatibilidade absoluta entre o encarceramento em regime fechado e a função legislativa. Ao fazê-lo, enviou à sociedade o recado de que os critérios éticos e funcionais do mandato são maleáveis quando se trata de proteger figuras politicamente alinhadas.

O conjunto desses movimentos enfraquece a credibilidade das instituições e transmite a sensação de que, para alguns, a lei pode ser reescrita — ou relativizada — conforme a conveniência do momento. Uma democracia sólida não se sustenta sobre exceções oportunistas, mas sobre o compromisso inabalável de que ninguém está acima das regras.

ARTIGO

Empatia não é enfeite de dezembro

O fim de ano chegou e, com ele, ganham destaque as campanhas de doação, visitas a instituições carentes e outras ações que se multiplicam nessa época. Todos se mobilizam, e às vezes até acontece de áreas competirem entre si para ver quem doa mais, competições leves e bem-humoradas que ajudam a criar um clima agradável e a sensação de estar unido por algo maior.

Todas essas ações são válidas e importantes, mas perdem parte de sua potência quando concentradas apenas em momentos pontuais.

Ainda é comum encontrar organizações que, no

Natal, lotam ônibus de voluntários para entregar ceias, mas que, ao longo do ano, não conseguem garantir espaços de escuta, continuam normalizando lideranças tóxicas e comportamentos abusivos e não incentivam uma cultura consistente de apoio e cuidado nas relações.

A generosidade se concentra em apenas um mês, como um evento, em vez de ser incentivada e aparecer nas práticas diárias. Instala-se uma espécie de empatia sazonal: ativa no fim do ano ou em datas específicas, silenciosa nos meses seguintes.

Diante dessa situação, é

ARTIGO

O avanço do Sistema Indústria e os desafios de 2026

O ano de 2025 marcou avanços decisivos para o Sistema Fieg, com expansão da educação, ampliação da competitividade industrial e fortalecimento da atuação integrada entre Sesi, Senai, IEL e Fieg. Consolidamos entregas estruturantes que reforçam o papel do Sistema Indústria como agente transformador do desenvolvimento de Goiás.

Na educação, alcançamos resultados expressivos. Até novembro deste ano, o Sesi registrou 13.784 matrículas na educação básica e programas de EJA, enquanto o Senai somou 118 mil matrículas na formação profissional. Esses números revelam a confiança da sociedade em uma rede que forma trabalhadores mais preparados e alinhados às demandas do setor produtivo.

A saúde e segurança do trabalhador também avançaram com força. O Sesi atendeu 5.558 empresas e beneficiou quase 190 mil trabalhadores com ações diversas na área. Foram milhares de consultas, exames, vacinas e horas técnicas

em consultorias que contribuem diretamente para ambientes produtivos mais seguros e eficientes.

Em tecnologia e inovação, o Senai executou 2.732 contratos, somando serviços como consultorias e projetos de PD&I essenciais à modernização das empresas. Esse movimento foi acompanhado por investimentos superiores a R\$ 140 milhões em obras e equipamentos, expandindo nossa presença territorial e a qualidade da infraestrutura educacional.

O IEL, por sua vez, consolidou em 2025 uma atuação robusta e diversificada. No Programa de Estágio, foram quase 23 mil estudantes cadastrados, mais de 30 mil vagas abertas e 24.500 estagiários atendidos, com taxa de contratação de 70%. O instituto apoiou 3.500 empresas, firmou 3.200 parcerias com instituições de ensino e beneficiou quase 400 indústrias. No Jovem Aprendiz, foram atendidos 1.700 jovens em 319 empresas. Na inovação, o IEL entregou 21 mil horas de consultoria, atendeu 194 empresas e mobilizou 175

bolsistas. Seu núcleo de Desenvolvimento Organizacional realizou mil estudos, qualificou 800 empresas em cadeias produtivas e levou soluções a 144 municípios.

Para 2026, seguimos com um horizonte de oportunidades: expansão da presença no interior, consolidação de novas unidades, fortalecimento da marca educacional e ampliação da agenda de inovação e tecnologia. Continuaremos atuando com responsabilidade, eficiência e propósito, transformando vidas por meio da educação, da saúde, da inovação e do trabalho — pilares que sustentam um Sistema Indústria cada vez mais forte e conectado às necessidades de Goiás.



André Rocha, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg)



Semadar Marques é administradora e autora do livro "Colaboração: a única solução" (Alta Books)



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: AV. ANHANGUERA, SALA 1601, QD 74 LT 9A/11 - PALACIO DO COMERCIO - CEP 74.043-010 / Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagn@gmail.com

Dhayane Marques
dhayanemarques@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e
textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO
em sintonia com você. Escreva para:
redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto



Andreia Bahia
abahiagyn@gmail.com



Balanço Fudeinfra

O governo divulgou o balanço financeiro da Fudeinfra de 2025. O volume de obras executadas com recursos do fundo (R\$ 863 milhões) ultrapassou a arrecadação (R\$ 850 milhões) em 2025. O recurso arrecadado de 2023 a setembro de 2025 foi R\$2,9 bilhões. Cinco rodovias que receberam R\$ 625 milhões do Fudeinfra devem ser concluídas até janeiro, segundo comunicado, e outras 28 obras com recursos do Fundo estão em andamento.

Rodovias a serem entregues

Restauração da GO-184, em Aporé; pavimentação da GO-154, GO-219, GO-050, e GO-210. Nenhuma executada pelo Ifag, que tem sete obras em andamento; pavimentação da GO-178A; GO-180; GO-147; GO-461; GO-178B; GO-220; e a GO-206.

Goiás entre os campeões de acidentes em BRs

No levantamento da Fundação Dom Cabral sobre a segurança das estradas brasileiras, Goiás aparece no grupo dos estados que mais registram ocorrências. Entre 2018 e 2023, o país somou 377,7 mil acidentes em rodovias federais, sendo 210 mil em trechos sob gestão pública e 167 mil nas vias concedidas à iniciativa privada. Goiás figura entre as 12 unidades da Federação que concentram 82% de todos os acidentes do período. Diferentemente de outros estados campeões de ocorrências, em Goiás a maior parte da gravidade dos acidentes está justamente em trechos concedidos.

Concessão pública e privada

Segundo o estudo, rodovias sob administração pública foram responsáveis por 53,7% dos acidentes recentes, mas, quando se analisa a taxa de severidade, a diferença cresce: estradas públicas foram 3,2 vezes "mais perigosas" que as concedidas. Mesmo com aumento de investimentos nos últimos anos, o número de eventos graves segue alto, especialmente em trechos urbanos que concentram atropelamentos e acidentes envolvendo pedestres e ciclistas.

Projeto José Eliton

Divulgação



O ex-governador José Eliton (sem partido) não descarta disputar o governo estadual pelo campo da centro-esquerda. Embora evite conceder entrevistas sobre o assunto, ele tem confidenciado a pessoas próximas que está conversando com partidos políticos e com a própria família para definir seu futuro político. Em entrevista à Tribuna do Planalto desta edição (págs. 4 e 5), a vereadora Kátia Maria afirmou que o diálogo com José Eliton vem desde a eleição passada. "É um nome que foi contundente durante o processo mais acirrado com a extrema direita,

que mostrou que tem lado e que esse lado é o do Estado Democrático de Direito. É uma pessoa com quem não temos dificuldade de dialogar", disse. A principal indefinição, por enquanto, é o partido pelo qual José Eliton poderia concorrer. O PSB já se comprometeu com a candidatura de Daniel Vilela, e Elias Vaz, que ocupa cargo na Alego, afirmou ao jornalista Altair Tavares que uma eventual aliança entre MDB e PL poderia reverter esse cenário. Kátia, no entanto, acredita que o PSB estará com o PT em 2026. Já o PSDB, destacou a vereadora, não está no radar petista.

Planaltina entra no radar do LUPPA

Planaltina foi incluída na nova edição do LUPPA, laboratório nacional voltado à formulação de políticas alimentares. A escolha coloca o município dentro de uma rede que vem ganhando prestígio entre especialistas e gestores por articular cidades na construção de sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis. Além de Planaltina, outros dez municípios ingressam na iniciativa, como Altamira (PA), Boa Vista (RR), Ribeirão das Neves (MG) e São José dos Pinhais (PR). O projeto — conduzido pelo Instituto Comida do Amanhã, em parceria com o ICLEI América do Sul — reúne hoje mais de 60 cidades e já é tratado nos bastidores como uma das experiências mais consistentes do país na agenda de segurança alimentar.

Timing político

A votação do projeto que autoriza a cobrança de mensalidades para dependentes no Ipasgo Saúde, às vésperas do fim do ano, foi vista pela oposição como tentativa do governo de aprovar medidas impopulares "no apagar das luzes", reduzindo espaço para debate e resistência social. A oposição também criticou o que chamou de falsa solução para o déficit. Segundo os deputados, o governo vendeu a ideia de que a cobrança resolveria problemas de sinistralidade, mas, na prática, apenas repassa o custo para os usuários, sem atacar a raiz do desequilíbrio financeiro do Ipasgo. O projeto, segundo a oposição, transfere a conta do ajuste do Ipasgo para os servidores, em vez de buscar soluções internas de gestão

Março de 2026: nova fronteira crítica do saneamento

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) fixou para 31 de março de 2026 o prazo final para que todos os contratos de programa de saneamento firmados entre municípios e estatais do setor sejam readequados às novas regras. Boa parte das prefeituras corre risco de chegar ao prazo com contratos irregulares. E, sem a adequação, a consequência é pesada: os acordos podem ser declarados inválidos, obrigando os municípios a licitar novamente a prestação dos serviços, além de abrir brecha para responsabilização dos gestores por omissão administrativa.

Agência Brasil



O futuro partidário da vereadora Aava Santiago (PSDB) tem sido motivo de especulações no meio político. Próxima de Lula e do PT, há expectativa que a vereadora migre para uma legenda que esteja no palanque do petista em Goiás.

Municípios e a PEC da Segurança

O presidente da Associação Nacional de Guardas Municipais, Reinaldo Monteiro, tem dito a aliados que o parecer do relator Mendonça Filho (União-PE) pode ferir a autonomia dos municípios, justamente o ponto que parlamentares dizem defender nos discursos. Monteiro reclama que a minuta apresentada pelo relator prevê regras específicas e até um período de transição para que as Guardas Municipais sejam reconhecidas como polícias, apesar de já existir o Estatuto Nacional das Guardas (Lei 13.022). Nos bastidores, a AGM Brasil teme ainda a inclusão de um critério populacional que limitaria o status de "polícia municipal" apenas a cidades com mais de 100 mil habitantes, o que deixaria de fora cerca de 90% das guardas existentes.



Goiás

teve o melhor desempenho no levantamento do IBGE sobre a produção industrial de outubro, com crescimento de 6,5%.



O estado

de Goiás acumula ganho de 11,6% em quatro meses consecutivos de crescimento na produção.



A produção

A produção industrial nacional em outubro apresentou variação de 0,1% segundo a Pesquisa Industrial Mensal.

KATIA MARIA (PT)

“Goiânia vive calamidade de gestão, não financeira”

Andréia Bahia e
Lucas de Godoi

TRIBUNA DO PLANALTO

A senhora e outros vereadores têm questionado o fechamento de unidades de educação. A senhora mencionou que o número pode chegar a 15, do ensino infantil até as unidades EJA. A senhora ingressou com uma ação judicial para impedir o fechamento de pelo menos seis CMEIS. Como que a senhora avalia o que tem sido chamado de terceirização da educação em Goiânia?

KATIA MARIA

Nós temos uma calamidade de gestão, não é calamidade financeira. Eu estou falando isso desde a transição. O prefeito que foi eleito dizendo que era um excelente gestor, a única política que tem feito é a terceirização do lixo, da saúde e chegou à educação; e é muito prejudicial. Nós na semana passada entramos com uma ação civil pública para a Secretaria de Educação explicar em juízo a real situação, porque eles sequer respondem os vereadores de ofício. Hoje o que temos é um completo desalento das mães e das trabalhadoras da educação, porque as mães não sabem se vão ter o CMEI para os seus filhos no ano que vem e as trabalhadoras não sabem se terão suas vagas para trabalhar no ano que vem, e a prefeitura com um desencontro de informação muito grande. Na mesma hora que falam que vão fechar, voltam atrás. A Educação Infantil é um direito da criança, está garantido na Constituição como base de um pilar da formação. Goiânia precisa avançar muito. As mães estão insatisfeitas e nós as levamos para fazer uma reunião com o presidente do TCM e o procurador do Ministério Público de Contas e pedimos para que eles possam ser ágeis, porque eles estão fazendo isso tudo no final do ano, exatamente para não dar tempo das mães responsáveis e os próprios trabalhadores se articularem. Há unidades como a da Vila Rica, o CMEI Emerson,



O A vereadora Kátia Maria (PT) analisa decisões recentes da Prefeitura, como o possível fechamento de até 15 unidades de educação infantil e EJA, o modelo de terceirização adotado pelo município e as controvérsias sobre créditos adicionais e remanejamento orçamentário. Na entrevista, ela critica a falta de transparência da gestão, detalha ações judiciais, comenta o pedido de empréstimo de R\$ 132 milhões ao BNDES e aponta riscos para a capacidade de fiscalização do

Legislativo. Kátia também discute o projeto político do PT para 2026, o protagonismo de Edward Madureira, as articulações com partidos aliados e o papel que José Eliton pode desempenhar. A vereadora ainda avalia os resultados da COP 30, defende prioridade ao Cerrado nas políticas climáticas e apresenta soluções para os desafios ambientais de Goiânia, destacando o impacto das chuvas, da seca e do manejo inadequado dos recursos naturais. A seguir, a entrevista completa.

que eles queriam fechar e não tinha para onde levar as pessoas. É um reordenamento que desmonta a Educação Infantil e tenho sido muito atuante para garantir que essas crianças permaneçam em sala de aula.

A senhora também questiona no Ministério Público de Contas do TCM possíveis irregularidades orçamentárias relaciona-

das àqueles projetos de abertura de crédito especial. São cinco rubricas que alcançam um montante de 21 mil reais, um volume relativamente baixo. O que chamou a atenção da senhora em um projeto com um valor pequeno?

É escandaloso o que a gestão do Sandro Mabel está fazendo neste apagar das luzes de 2025. Esse projeto de

lei, que cria um crédito adicional de R\$ 21 mil distribuído em várias rubricas, que são as funções programáticas, dizendo da preparação para as parcerias público-privadas, não fala qual é a parceria público-privada. São seis rubricas, por exemplo, da Amma. Vai fazer o quê? Vai terceirizar os parques com R\$ 1 mil na conta? Não vai, isso não dá para fazer. Nós estamos questionando é um

pacote de três projetos, que é o do Cosip, que garante a eles usarem esse recurso como garantia desses acordos de parceria público-privada; esse que cria o crédito adicio-

“ Zé
Eliton

foi contundente durante o processo mais acirrado com a extrema direita, e mostrou que tem lado, o lado do Estado Democrático de Direito.”

nal, que é uma janela orçamentária, uma manobra orçamentária, porque ele colocou R\$ 1 mil em cada rubrica, mas não vai ficar R\$ 1 mil. Depois que a Câmara aprovar, ele (Mabel) tem autorização para fazer 50% de remanejamento do orçamento, vai remanejar sem ninguém ficar sabendo. Falta transparência, faltam documentos nesses processos para que possamos ter clareza no que ele está fazendo por Goiânia. Fizemos essa denúncia junto ao Ministério Público e eu tenho certeza que vai se manifestar, porque não tem cabimento fazermos uma concessão dessas sem nenhum parâmetro para saber o que está sendo feito. Não é só com dinheiro, porque R\$ 21 mil é pouco dinheiro. É o que ele vai fazer a partir da autorização que tem para criar esse tanto de rubrica com 50% do orçamento autorizado a ele remanejar. É um jogo que eles estão fazendo, criam as rubricas e depois transferem recursos sem a Câmara nem perceber. O que tira de nós a capacidade de fiscalizar. Se nós vereadores temos dificuldade, imagina a população. É por isso que estamos brigando, sendo a voz do povo para que haja transparência e o povo saiba de verdade o que está sendo feito com o dinheiro público.

A senhora critica o percentual de remanejamento orçamentário. Hoje o limite é de 50%, aprovado no ano passado. A senhora defende para o orçamento do ano que vem 20%, e a prefeitura propõe 30%. Qual é o entendimento da senhora em relação ao percentual de remanejamento para o ano que vem?

Estamos seguindo o que a Constituição permite, 20% de remanejamento. E para quem está fazendo uma gestão que diz ser “uma nova direção”, com quase um carimbo na testa, querendo dizer que tem uma excelência na gestão, um ano dá tempo para saber onde gastou e o quê. Se tem um planejamento financeiro, sabe quanto vai gastar em cada uma das secretarias e em cada um dos programas, se já sabe isso, não precisa ficar remanejando muito. Aquilo que é permitido na legislação federal é 20% e é por isso que apresentamos uma emenda para que esteja na constitucionalidade. Se a constituição libera 20%, nós aprovaremos 20%.

A senhora era vereadora no ano passado quando foi votado esse orçamento de 50% de remanejamento. Por que que isso não foi judicializado?

Votei contra e judicializamos. Tem uma ação de inconstitucionalidade nossa, não apenas do remanejamento, mas do decreto de calamidade, porque nunca existiu calamidade financeira. O que existe é uma dificuldade financeira, essa nós reconhecemos, mas não pode ser encarada como calamidade. Temos uma ação de inconstitucionalidade que gostaríamos muito que o TJ já tivesse julgado, infelizmente, é moroso o trâmite dentro do TJ, e esperamos que isso possa ser revisto, porque tenho total clareza de que não existe calamidade financeira. Espero que a Assembleia Legislativa não prorrogue a calamidade na saúde, porque o que tem não é calamidade financeira, é uma incompetência de gestão que havia na passada e continua nessa.

Em relação à contratação do novo empréstimo de R\$ 132 milhões que o prefeito Sandro Mabel pleiteia junto ao BNDES para modernizar a gestão pública. Qual é a posição da senhora a respeito dessa nova contratação de crédito neste momento?

Eu votei contra, e foi um debate bastante acalorado. É um processo que falta docu-

mento, eles não colocaram aquilo que chamamos de regra de ouro, o planejamento com o cronograma físico e de metas. Faltam três documentos nesse processo. Causa-me estranheza porque o prefeito está batendo no peito e dizendo que vai fechar o ano com quase R\$ 1 bilhão, já tem R\$ 780 milhões de superávit. Quem tem superávit não precisa fazer empréstimos. E se for fazer empréstimo, precisa ser, no mínimo, com toda a documentação que a legislação federal exige. Essa documentação não está no processo e nós votamos contra, porque precisamos ter zelo com o processo legislativo e com o dinheiro, porque a população é quem vai pagar. É um empréstimo, uma hora a conta chega e essa gestão ou outra vai ter que arcar com as dívidas contraídas, seja com o BNDES ou qualquer outra instituição financeira.



O prefeito Sandro Mabel está dizendo que vai fechar o ano com R\$ 1 bilhão de superávit, já tem R\$ 780 milhões. Quem tem superávit não precisa fazer empréstimo.

Como estão as articulações do partido para o ano que vem? A tese de que o professor Edward Madureira vá ser o candidato do PT em Goiás ganhou força nos últimos dias. Como tem sido o diálogo internamente?

Nós estamos fazendo um diálogo primeiro, que é da composição das chapas proporcionais. Para nós, a chapa de deputados federais é prioridade e queremos fazer três parlamentares. Na eleição passada, quando eu era presidente, conseguimos dobrar, tínhamos o deputado Rubens Otoni e conseguimos eleger Rubens e Adriana Accorsi. Agora queremos fazer três parlamentares, porque é a forma de contribuímos com o presidente Lula e com a democracia brasileira. O que presenciamos nesta terça-feira (9) no



Congresso Nacional, coordenado pelo presidente da Câmara Federal, Hugo Motta, nos preocupa sobremaneira. E a forma que temos de dar resposta é elegendo mais deputados progressistas e comprometidos com a pauta do Estado Democrático de Direito real. A chapa de deputados federais para nós é prioritária, a chapa de senadores, a chapa de deputados estaduais, e o PT tem esse mecanismo: primeiro montamos esse time, depois escalamos quem vai representar esse time na chapa majoritária no cargo de governador e vice-governador. O professor Edward, obviamente, tem o nome muito respeitado por nós, mas esse debate ainda não foi feito dentro do partido. Ele se colocou à disposição para fazer e tanto ele quanto o partido vão ter a responsabilidade de avaliar qual é o lugar que ele pode contribuir mais, se é sendo candidato a governador, se é a deputado federal, contribuindo com Lula em Brasília. Nós fizemos a reunião da direção nacional - sou integrante agora - no último sábado, e lá ficou muito expresso que queremos avançar nessa formação das chapas de deputados federais. O presidente Edinho Silva e a ministra Gleisi Hoffmann têm colocado isso com muita contundência. Goiás sabe fazer, tanto que no meio da crise, no momento mais grave, conseguimos dobrar a bancada. Se formos inteligentes agora conseguimos levar mais um parlamentar de Goiás para crescer essa voz de Goiás no Congresso Nacional.

A terceira cadeira estaria sendo trabalhada para o professor Edward se ele for concorrer à Câmara Federal?

Não está sendo trabalhada para ele, mas ele é uma pessoa que todo mundo sabe que tem muitas condições. Ele é o nosso primeiro suplente. Nós temos outros bons nomes que vão disputar e estar na disputa é uma forma de poder chegar.

Quem está na disputa, quem chegar melhor fica com a vaga. É esse debate que vamos fazer nesse próximo período para mostrar que as pessoas que estão disputando a vaga, elas precisam colocar mais energia para dar conta de sair vitoriosas e contribuir com essa meta nacional, que é ter três deputados federais de Goiás.

Como é visto o nome de José Eliton na ala mais progressista do partido? A senhora acredita que é possível fazer uma composição com o ex-governador?

Nós fazemos essa conversa desde a eleição passada. Eu particularmente tive várias conversas com o Zé Eliton desde 2022. É um nome que foi contundente durante o processo mais acirrado com a extrema direita, que mostrou que tem lado e que o lado dele é o lado do Estado Democrático de Direito. É uma pessoa que não temos dificuldade em dialogar. Qual vai ser o campo que ele vai trabalhar? A delegada Adriana Cossi, presidente do partido, junto conosco, que somos da direção nacional, mais a federação, vamos maturar e construir o melhor caminho. O que estamos muito determinados é garantir um palanque forte para o presidente Lula aqui em 2026.

Que tamanho vai ter esse palanque para o presidente Lula?

Na política vale aquela velha máxima, não tenhamos pressa, mas também não percam tempo. O partido está nesse momento de dialogar muito, não pode ter pressa para decidir quem é, mas também não pode perder tempo. E nós temos uma vantagem, o presidente Lula, mesmo em 2022, quando o bolsonarismo governava e foi usado todo o aparato para impedir, inclusive no Nordeste, que os eleitores chegassem à urna, aqui em Goiás, vários processos de assédio moral de prefeitos, empresários tentando, de certa

forma, mudar o resultado eleitoral, o presidente Lula teve 40% dos votos no primeiro turno. Acredito que temos condições de melhorar esse desempenho, porque são muitas obras. Só essa de saneamento são R\$ 97 milhões; as casas do Minha Casa Minha Vida em Aparecida são quase 800 apartamentos; aqui em Goiânia mais uma leva do Minha Casa Minha Vida; tem obra esparramada nesse estado de Goiás por todos os lados. Obras que nem Jair Bolsonaro e nem Ronaldo Caiado conseguiram levar para os municípios. É o presidente Lula que voltou para a Presidência da República, mesmo com o orçamento sequestrado pelo Congresso Nacional, e está fazendo inúmeras benfeitorias nas cidades goianas. Temos que organizar esse time e é óbvio que, em eleição, não se dispensa apoio, queremos apoio de todos, e estamos começando a organização pela federação, pelos partidos de esquerda e centrossquerda, mas chegaremos com toda certeza no diálogo com os partidos que estão no governo federal, porque estar no governo federal também exige uma responsabilidade aqui na ponta para manter o projeto.

Como é que está o diálogo com o PSB, que em muitos momentos caminhou com o PT em Goiás e que já anunciou apoio a Daniel Vilela em 2026?

Eu acredito que estará junto conosco na chapa. Eu posso dar um exemplo de 2024. Eles começaram meio achando que não era isso, mas no final entenderam o lado e onde eles deveriam estar, e ficaram junto conosco, inclusive indicando o vice da nossa candidata a prefeita de Goiânia. Em 2022 foi assim também, eles indicaram o vice na chapa do PT. Este momento é o momento de todo mundo conversar, de todo mundo tentar construir os melhores posicionamentos, mas no momento de fechar mesmo as alianças, da convenção, eu acredito que o PSB estará junto conosco. Nós temos um bom relacionamento tanto com o deputado, mas também com o presidente do partido, e mantemos o diálogo para que, estando no governo federal, possamos aqui também replicar essa aliança, porque é o mais correto, pensando do ponto de vista do projeto nacional.

CONTRADIÇÃO

Daniel ironiza Marconi: “Depois de afundar o PSDB, tenta pegar carona na história de Iris”

Vice-governador afirma que o tucano tenta reescrever sua trajetória sem apoio real e lembra histórico de perseguições de Marconi a Iris Rezende



Divulgação

Daniel Vilela, sobre movimentações recentes do tucano: “Ninguém confia no Marconi, ninguém acredita”

Da Redação

As recentes tentativas do ex-governador Marconi Perillo (PSDB) de se associar ao legado de Iris Rezende provocaram reação direta e em tom elevado do vice-governador, e presidente estadual do MDB, Daniel Vilela. Ao comentar o assunto durante uma confraternização com representantes da imprensa de Goiânia, nesta terça-feira (9/12), Daniel afirmou que Marconi busca respaldo político numa trajetória que não lhe pertence,

após, segundo ele, ter enfraquecido o próprio partido e sua carreira política.

“Depois de afundar o PSDB, depois de afundar a carreira dele, ele está tentando se esconder agora numa história de verdade da vida pública do Estado, do Iris, do próprio MDB, mas sem ter nenhum tipo de respaldo das verdadeiras lideranças de prestígio do partido”, afirmou o vice-governador.

Daniel também lembrou o

histórico de confrontos entre Marconi e Iris Rezende, classificando como contraditória a atual postura do tucano. Segundo ele, a relação foi marcada por hostilidade e embates políticos ao longo dos anos. “O povo goiano sabe o que ele falava do Iris e o quanto tentou persegui-lo, assim como seus familiares. E sabe também o que Iris pensava a respeito do Marconi e o quanto o combateu”, disse. O vice-governador ressaltou que,

durante os governos de Marconi, o MDB permaneceu na oposição por não concordar com suas práticas administrativas e políticas.

Na avaliação de Daniel, o movimento de Marconi evidencia uma tentativa de reescrever a própria trajetória política sem respaldo real. Para ele, a ausência de apoio consistente dentro do MDB reflete a perda de credibilidade do ex-governador. “Ninguém confia no Marconi,

ninguém acredita. Todo mundo sabe que ele age de acordo com os próprios interesses e, mais uma vez, está fazendo isso”, declarou.

vice-governador também criticou as articulações do tucano junto a integrantes do MDB que, segundo ele, não possuem influência eleitoral relevante. Daniel afirmou que a falta de identidade partidária e de relações políticas sólidas contribuiu para o isolamento de Marconi no cenário estadual. “Por que ele é chamado de estraga-roda? Por que chega ao interior hoje e pessoas com prestígio não o recebem? Porque sempre falseou as palavras e não agiu com a verdade com as pessoas”, afirmou.

Por fim, Daniel Vilela avaliou que Marconi perdeu a oportunidade de reavaliar sua conduta política e reconstruir sua imagem pública. “Quando fugiu de Goiás e foi se esconder em São Paulo, teve tempo suficiente para refletir sobre os erros que cometeu e buscar humildade para tentar reconstruir sua história política. Mas me parece que essa humildade ainda falta a ele”, concluiu.

8 DE JANEIRO

Dosimetria será aplicada caso a caso na execução das penas, explica Pedro Paulo

Carla Borges

A Câmara dos Deputados aprovou, na madrugada da quarta-feira (10) projeto de lei que prevê a redução de penas de pessoas condenadas pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 e pela tentativa de golpe de Estado. O maior beneficiário da iniciativa é o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), condenado a 27 anos de prisão. A proposta foi aprovada em plenário por 291 votos a 148 e foi enviada ao Senado, onde será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça na quarta-feira (17), com previsão de rápida aprovação.

O texto inicial previa anistia a todos os envolvidos na tentativa de golpe condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mas as lideranças partidárias costuraram um acordo e essa parte foi retirada. Assim, foi aprovado o substitutivo do relator, Paulinho da Força (Solidariedade-SP), ao Projeto de Lei 2162/23, do deputado Marcelo

Crivella (Republicanos-RJ) e outros. O substitutivo determina que os crimes de tentativa de acabar com o Estado Democrático de Direito e de golpe de Estado, quando praticados no mesmo contexto, implicarão uso da pena mais grave com aumento, em vez da soma de ambas as penas.

O advogado criminalista Pedro Paulo de Medeiros, conselheiro federal da OAB, explica que, mesmo se passar pelo Senado e virar lei, o PL da Dosimetria não implica em mudança automática na situação dos condenados. “Mesmo com a lei em vigor, os efeitos concretos não são um ‘botão liga/desliga’: dependem de decisões judiciais em cada processo e dos marcos de execução (pena fixada, unificações, faltas, remição)”, esclarece. Assim, serão feitos caso a caso. Além disso, o projeto (provavelmente) aprovado será enviado ao presidente Lula, que pode sancioná-lo ou vetá-lo. A oposição já anunciou que der-

rubará eventual veto.

“Se houver veto, o Congresso pode derrubá-lo, mas isso é sempre uma decisão política e depende de articulação: o veto só cai se houver maioria absoluta na Câmara e no Senado, com votação separada em sessão conjunta”, detalha o advogado, sobre o processo legislativo. “Portanto, dá para dizer que a derrubada é possível, mas não é algo que se possa tratar como automático”, enfatiza.

Por outro lado, avalia Pedro Paulo, é muito provável que haja judicialização, seja por ações de controle concentrado (ADI/ADC), seja por discussões em execução penal sobre como aplicar o novo texto. “O ponto central do substitutivo é tratar, quando os crimes do capítulo estiverem no ‘mesmo contexto’, a resposta penal pela lógica do concurso formal próprio, afastando a soma cumulativa. Isso muda o método de cálculo”, simplifica.

A proposta, no entanto, também abre um debate interpreta-



Pedro Paulo de Medeiros: “Mesmo com a lei em vigor, os efeitos concretos não são um botão liga/desliga”

tivo: o que exatamente é “mesmo contexto”? Quais atos entram ou não nessa categoria? São alguns dos exemplos de situações que podem ser questionadas. “Além disso, o texto também traz uma causa de diminuição para crimes praticados em ‘contexto de multidão’ quando não houver financiamento nem liderança, outro conceito que tende a gerar controvérsia probatória”, acrescenta.

BASTIDORES DO PROCESSO LEGISLATIVO

Questionado sobre os bastidores do processo legislativo, com o avanço de um projeto de lei feito para beneficiar um

grupo de condenados, Pedro Paulo explica que esse fato não tem o condão de invalidar eventual futura lei. “Negociação política e construção de maioria fazem parte do processo legislativo em qualquer democracia. Do ponto de vista jurídico, a lei será válida se for aprovada seguindo o rito constitucional e se o conteúdo for compatível com a Constituição”, orienta. “O fato de haver percepção de que a medida beneficia um grupo específico não invalida a lei por si só — o que importa é se o texto é geral e abstrato (isto é, aplicável a qualquer pessoa na mesma hipótese), e não uma ‘lei personalíssima’”.

ALEGO

Parlamento aprova cobrança para dependentes do Ipasgo Saúde

Carlos Costa

Deputados apontam que a mudança pode limitar o acesso de famílias ao plano e colocar em risco o futuro do Ipasgo

dor Ronaldo Caiado (UB).

O projeto, de número 30892/25, permite que dependentes passem a pagar 30% da tabela atuarial, respeitando um teto familiar e variação por faixa etária. A Secretaria da Economia argumenta que a medida é essencial para reduzir o déficit atual, aproximar os custos assistenciais e o que é pago às operadoras e corrigir distorções acumuladas ao longo dos anos. O governo também afirma que a mudança é necessária para garantir a sustentabilidade do Ipasgo Saúde.

A tramitação mobilizou sessões ordinária, extraordinária e reunião da Comissão Mista, com forte resistência da oposição. Dos 41 parlamentares, 34 votaram, entres eles 25 votos foram favoráveis e nove contrários, entre estes, Antônio Gomide, Bia de Lima e Mauro Rubem (PT); Delegado Eduardo Prado e Major Araújo (PL); Gustavo Sebba e José Machado (PSDB); Gugu Nader (Avante) e Clécio Alves



Parlamento durante votação da nova cobrança no Ipasgo Saúde

(Republicanos). Estiveram ausentes Dr. George Morais (PDT), Lucas do Vale (MDB) e Paulo Cezar (PL).

O deputado Mauro Rubem acusou o governo de destruir o Ipasgo Saúde ao impor cobrança sobre cerca de 90 mil dependentes. Bia de Lima classificou a proposta como a mais difícil do ano para os servidores, afirmando que profissionais da Educação podem não conseguir manter o plano. Gustavo Sebba disse que o

Ipasgo já foi referência e que, após a privatização, ficou mais caro e com piora no serviço.

Já Clécio Alves afirmou que o texto foi apresentado da noite para o dia, sem debate técnico suficiente, e disse que a mudança pune os servidores. Major Araújo ampliou as críticas à postura do governo com a categoria, lembrando recentes propostas de aumento de tributos. Já Gugu Nader, até então deputado da base Caiadista, declarou que

poderia deixar a base em reação ao projeto: "Nunca votaria contra os servidores públicos. Estou honrando meu compromisso."

Pela base governista, apenas Amauri Ribeiro (UB) se manifestou. O deputado defendeu que, sem a mudança, o Ipasgo vai sucumbir. Segundo ele, a aprovação é necessária para manter o plano viável. "ou aprovamos essa lei ou o Ipasgo vai sucumbir".

A medida já havia provocado uma sessão extra na quarta-feira (10) para garantir sua primeira aprovação e dominou o debate legislativo ao longo da semana. Parlamentares contrários alertam que a nova cobrança pode dificultar o acesso de milhares de famílias e, no limite, comprometer a própria sustentabilidade do Ipasgo. Resta agora a decisão do governador, que deverá sancionar ou vetar a proposta nos próximos dias.

**Arthur Oliveira é estagiário sob supervisão de Andréia Bahia*

Arthur Oliveira*

A proposta do Governo de Goiás que autoriza a cobrança de mensalidade para dependentes de beneficiários do Ipasgo Saúde foi aprovada pela Assembleia Legislativa de Goiás (Alego). Segundo a governadoria, o objetivo é garantir equilíbrio e promover justiça contributiva no plano. A matéria, que altera uma regra de isenção, recebeu aval definitivo do plenário nesta quinta-feira (11) e agora segue para sanção ou veto do governa-

SUA VOZ GANHOU MAIS ESPAÇO.

NOVA CÂMARA DE GOIÂNIA.

A Câmara de Goiânia cresceu junto com a nossa cidade.

Com recursos próprios, a Casa ampliou sua sede e celebra 90 anos com um novo pavimento.

Novo pavimento

- + 1.500 m² de área útil
- 9 gabinetes
- 35 salas de apoio
- 2 salas de reuniões

Obra realizada com recursos próprios, sem custo adicional para o município.

Acesse o Canal Cidadania ou venha conhecer sua nova Câmara.

YouTube TVCamaraGoiânia TV Aberta Canal 3.3

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

90 ANOS

GESTÃO

Avanços de Goiás podem ruir “em um minuto” nas mãos erradas, alerta Caiado

“Se voltarem com esse cupim branco para dentro do palácio, ele vai comer tudo o que fizemos”, diz governador ao alertar sobre o risco do retorno de má gestores à condução do estado



“Tenho um ciúme enorme do que construímos em sete anos. E, para destruir, basta um minuto”, diz Caiado

Da Redação

Na mesma medida em que celebra a saúde financeira de Goiás, com a saída do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados e do Distrito Federal (Propag), o governador Ronaldo Caiado (União Brasil) demonstra temor sobre o futuro caso a gestão estadual caia nas mãos erradas.

“Tenho um ciúme enorme do que construímos em sete anos. E, para destruir, basta um minuto”, declarou na quarta-feira (10/12).

Caiado comparou a volta de maus gestores a pragas capazes de causar danos severos. “Se puser de volta em Goiás aquele cupim branco, que rói mais do que o preto... Aquilo é uma desgraça, destrói até concreto. Se voltarem

com esse cupim branco para dentro do palácio, ele vai comer tudo o que fizemos em sete anos”, alertou durante discurso.

O governador lembrou do desafio colossal de assumir o Estado que sofreu 20 anos de sucateamento. Eram dívidas bilionárias, folhas de pagamento atrasadas, obras paralisadas. Para contornar tamanho descompasso, Caiado conseguiu a

adesão ao RRF, essencial para retomar a saúde financeira e os investimentos em áreas como saúde, segurança pública, educação, infraestrutura e políticas sociais. “É o primeiro estado a conseguir o equilíbrio fiscal graças às ações e políticas sérias que resgataram Goiás”, celebrou.

“Você nunca teve um Estado de Goiás com o nível de saúde fiscal que nós temos hoje. E não

é apenas agora, mas para os próximos 30 anos”, assegurou. Agora, com o Propag, a estimativa é de ganhos fiscais da ordem de R\$ 26 bilhões nas próximas três décadas. O modelo de correção das dívidas com a União é alterado: o indexador deixa de ser a taxa Selic e passa a ser o IPCA com juro real zero, reduzindo a volatilidade do estoque da dívida e tornando o custo mais alinhado ao comportamento da economia.

Caiado alegou que foram sete anos para Goiás finalmente conseguir respirar. Por isso, o risco de nova asfixia deve ficar no passado, enterrado a sete chaves. O chefe do Executivo goiano avaliou que o cenário pede uma continuidade das ações que dão capacidade de crescimento ao Estado. “Entrego o governo a Daniel Vilela (MDB), pessoa que tive a liberdade de escolher o meu vice-governador. Ele andou comigo quatro anos, para cima e para baixo. Sabe tudo o que acontece, e não é por ouvir dizer, é dentro, participando e compartilhando os momentos de alegria e os de tristeza e dificuldade”, enfatizou.

DEPUTADOS E DEPUTADAS ESTADUAIS CADA VEZ MAIS PERTO DE VOCÊ.

SERVIÇOS GRATUITOS | ATENDIMENTO DIRETO | SEM BUROCRACIA

A Assembleia Legislativa de Goiás está presente em todo o Estado com o programa Deputados Aqui. Uma estrutura completa, em parcerias com diversos órgãos e instituições, para levar atendimento gratuito e de qualidade até a sua cidade.

- ✓ Consultas gratuitas, emissão de documentos e serviços de castração de pets
- ✓ Participe de audiências públicas e sessões solenes
- ✓ Converse frente a frente com seus deputados estaduais



QUER SABER MAIS?
ACESSE E FIQUE POR
DENTRO DE TUDO!

ALEGO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIÁS
TRABALHA POR GOIÁS

2026

Paço terá quase R\$ 300 milhões de emendas para investimentos

Recursos federais e estaduais captados pela Prefeitura reforçam saúde, educação e obras de drenagem no ano que vem

Divulgação



Junior Toledo: ampliação do número de projetos

Lucas de Godoi

Goiânia deverá iniciar o exercício de 2026 com um volume expressivo de recursos oriundos de emendas parlamentares federais e estaduais. Levantamento feito pela Tribuna do Planalto junto à Secretaria Municipal de Captação e Articulação Política (Secap) aponta que a capital já tem R\$ 295,1 milhões formalizados, destinados principalmente às áreas de saúde, educação e infraestrutura urbana.

Do total, R\$ 287,09 milhões têm origem em emendas federais, enquanto R\$ 8,03 milhões são provenientes de destinações estaduais. Os valores resultam de indicações individuais, de bancada e de programas federais, com destaque para ações vinculadas ao Novo PAC.

Segundo o titular da Secap, Júnior Toledo, a consolidação desse montante decorre de um trabalho técnico voltado à formalização dos projetos apresentados

aos parlamentares e aos órgãos federais. "Toda a possibilidade de recursos das demais esferas de governo que possam ser destinados a custeio, financiamentos de obras e outras ações acaba desonerando os cofres do Tesouro Municipal, o que permite à Prefeitura ampliar o número de projetos e levar mais benefícios à população", afirmou.

"A distribuição dos recursos permite à Prefeitura reduzir a necessidade de

aporte direto do Tesouro Municipal em obras e serviços, ampliando a capacidade de execução do orçamento", aponta Junior Toledo, titular da Secap.

Nesta semana, a capital goiana também foi contemplada com 12 obras em pacote anunciado pelo presidente Lula (PT), incluindo novas unidades de saúde mental, uma policlínica regional e seis centros municipais de educação infantil, além de um ônibus escolar rural.

Recursos chegam em ano eleitoral e ampliam peso da articulação política do Paço

A liberação de emendas para a capital em 2026 ocorre em meio à antecipação do calendário eleitoral e evidencia a articulação direta do prefeito Sandro Mabel (UB) com a bancada federal, em um movimento que combina negociação orçamentária, sinalizações públicas de alinhamento e construção de apoios com vistas às eleições do próximo ano.

Mabel tem atuado pessoalmente na articulação com parlamentares em Brasília, mantendo agenda

frequente com deputados e senadores da bancada goiana. Paralelamente, o Paço tem sido palco de reuniões com parlamentares federais, em movimentos que buscam alinhar prioridades da administração municipal às destinações orçamentárias do Congresso Nacional.

Entre os encontros mais recentes estão reuniões com o senador Vanderlan Cardoso (PSD), com a deputada Silvyne Alves (UB), o deputado Professor Alcides (sem partido), além de encontros com a

bancada em articulação junto à deputada Flávia Moraes (PDT). A aproximação com parlamentares de diferentes campos políticos indica uma estratégia voltada à construção de maioria pragmática em torno da agenda administrativa da capital.

GESTOS

Em vídeos nas redes sociais e em discursos públicos, Mabel também tem reforçado o caráter político das emendas ao associar entregas da gestão municipal à

SAIBA MAIS

Principais emendas federais individuais para Goiânia em 2026

Casa	Parlamentar	Partido	Valor (R\$)	Área
Senado	Jorge Kajuru	PSB	15,5 milhões	Saúde
Senado	Vanderlan Cardoso	PSD	11,1 milhões	Saúde
Senado	Wilder Moraes	PL	3,65 milhões	Saúde
Câmara	Adriana Accorsi	PT	3,58 milhões	Saúde
Câmara	Silvyne Alves	UB	2,75 milhões	Saúde
Câmara	Jeferson Rodrigues	REP	1,7 milhão	Saúde
Câmara	Daniel Agrobom	PL	1 milhão	Saúde
Câmara	Célio Silveira	MDB	500 mil	Saúde
Câmara	Rubens Otoni	PT	400 mil	Saúde
Câmara	Adriano do Baldy	PP	250 mil	Saúde

PRIORIDADES

A saúde, que teve o estado de calamidade renovado pelo prefeito Sandro Mabel (UB) nesta semana, concentra a maior parte dos recursos previstos, com repasses destinados tanto ao custeio da rede municipal quanto a investimentos estruturais.

Estão incluídas a implantação de policlínica, a ampliação de unidades do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), contratos de gerenciamento de Unidades Básicas de Saúde, a renovação da frota do Samu e incrementos ao financiamento da média e alta complexidade.

Na educação, os recursos viabilizam a construção de Centros Municipais de Educação Infantil, creches e pré-escolas, além da aquisição de ônibus para o transporte escolar. A destinação atende à demanda por ampliação de vagas e à necessidade de adequação da rede física, especialmente em regiões com cresci-

mento populacional mais acelerado.

Já na infraestrutura urbana, os maiores volumes estão associados a obras de drenagem e prevenção a desastres, financiadas por programas federais. A expectativa é de que esses investimentos reduzam pontos críticos de alagamento e ampliem a capacidade de resposta do município a eventos climáticos extremos.

De acordo com Júnior Toledo, a estratégia adotada pela Secap foi priorizar projetos com documentação completa e compatível com as exigências legais. "De modo geral, todas as obras são essenciais, mas destacaria a construção da policlínica na região Noroeste, os CMEIs, unidades do CAPS, entre outras. Vamos criar muitas vagas na educação, atender uma demanda importante na saúde e avançar também em infraestrutura urbana", disse.

atuação de parlamentares. Em um dos exemplos mais recentes, vinculou recursos indicados por Silvyne Alves à implantação de banheiros em feiras da capital.

O tom político já havia sido adotado anteriormente, durante a tramitação dos decretos de calamidade financeira na Assembleia Legislativa de Goiás. À época, Mabel afirmou que "contaria aos goianienses" quais deputados eram aliados de Goiânia, declaração interpretada no meio político como

um recado direto sobre o papel da administração municipal na construção de apoios para o próximo ciclo eleitoral.

Nesse cenário, a leitura predominante é de que os recursos destinados à capital, especialmente em áreas com forte impacto social e visibilidade, tendem a ser utilizados como instrumentos de fortalecimento político tanto da gestão municipal quanto dos parlamentares envolvidos, em um ano que antecede as eleições gerais.

ANÁPOLIS

Câmara encerra ano legislativo aprovando LOA 2026

Carlos Nathan Sampaio

Vereadores iniciam período de recesso e retornam ao trabalho no dia 2 de fevereiro de 2026

Carlos Nathan Sampaio

A Câmara Municipal de Anápolis realizou, na manhã desta quarta-feira (10/12), a última sessão ordinária do ano legislativo de 2025, encerrando um período marcado por intensa atividade parlamentar, desafios financeiros e importantes avanços institucionais. Na sessão, os vereadores aprovaram de forma definitiva a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2026, além do Plano Plurianual (PPA) 2026-2029, instrumentos essenciais que, juntamente com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), permitirão à administração do prefeito Márcio Corrêa planejar ações estratégicas, executar políticas públicas e atender de forma organizada às demandas da população. A LOA 2026 é o primeiro orçamento elaborado integralmente pela atual gestão e prevê receitas e despesas superiores a R\$ 2,5 bilhões, distribuídas principalmente entre saúde, educação e urbanismo, setores prioritários para o desenvolvimento da cidade.

O relator do projeto, vereador Jakson Charles (PSB), destacou a atenção dada à análise técnica e jurídica do orçamento. Segundo ele, o relatório considerou R\$ 410 mil em emendas parlamentares e apresentou parecer favorável a todas as emendas impositivas, rejeitando apenas as aditivas. "Tivemos todo o cuidado necessário para cumprir o regimento e a Lei Orgânica, garantindo transparência e equilíbrio nas decisões. Foi uma honra mais uma vez ser o relator de um projeto de tamanha magnitude, que guiará os rumos de Anápolis em 2026", afirmou Jakson durante seu discurso na tribuna.

O vereador Jean Carlos (PL) ressaltou os avanços que a



Câmara Municipal de Anápolis

proposta orçamentária apresenta, destacando que, mesmo diante de um cenário econômico desafiador, o prefeito conseguiu propor um crescimento de 12% no orçamento, o que representa cerca de R\$ 300 milhões a mais na estimativa de receita em relação ao ano anterior. Segundo Jean Carlos, a Educação será uma das áreas mais beneficiadas, com aumento de recursos de R\$ 462 milhões para R\$ 510 milhões, quase 10% a mais, contemplando programas como Merenda Nota 10, expansão de vagas na educação infantil e melhorias na infraestrutura da rede escolar.

O vereador também mencionou o aumento do aporte ao Instituto de Seguridade Social dos Servidores de Anápolis (ISSA) em R\$ 18 milhões, e destacou o crescimento dos investimentos em Trânsito, de R\$ 57 milhões para R\$ 68 milhões, e na Cultura, que passará de R\$ 11,3 milhões para R\$ 25,2 milhões. Jean Carlos comentou ainda sobre os encargos especiais, que saltaram de R\$ 102 milhões para R\$ 243 milhões para pagamento de empréstimos, ressaltando a responsabilidade fiscal da gestão em manter a cidade como boa pagadora.

BALANÇO DO ANO LEGISLATIVO

A presidente da Câmara,



A presidente da Câmara, Andreia Rezende

Andreia Rezende (Avante), classificou 2025 como um ano "intenso, desafiador e profundamente transformador" para o Legislativo e para Anápolis. Ela destacou que, mesmo com dificuldades financeiras enfrentadas pelo município e pela própria Casa, os vereadores mantiveram articulação política, buscaram recursos e entregaram resultados concretos à população. Andreia ressaltou o protagonismo institucional da Câmara, que ao longo do ano recebeu parlamentares estaduais e federais, além de autoridades de diversas regiões, consolidando a Casa como referência de força política e respeito.

Entre os avanços destacados, a presidente mencionou

o Feirão do Emprego, o mutirão Saúde Agora, ações de castração animal, ampliação do direito à CNH para pessoas com deficiência, grande mutirão de cirurgias de catarata e fortalecimento da Procuradoria da Mulher. Destacou também políticas de atendimento a pessoas em situação de rua e vítimas de violência, além de medidas para garantir direitos e serviços especializados a pessoas com deficiência.

No âmbito institucional, Andreia citou conquistas em iluminação pública, gestão de resíduos sólidos, abastecimento de água em regiões críticas, acompanhamento de obras públicas e intervenções em pontos históricos de trânsito, que há

Allyne Lelis

décadas causavam transtornos. A presidente ainda comemorou a convocação de 100% do cadastro reserva de pedagogos concursados, progressões e direitos de profissionais da educação, prorrogação de prazos de programas habitacionais, revitalização do Centro e acompanhamento da conclusão do Anel Viário.

Outro ponto destacado foi o fortalecimento do setor produtivo. "Uma cidade que cresce precisa de políticas públicas que acolham e incentivem quem empreende e trabalha. É o setor produtivo que gera empregos, renda e oportunidades para nossa população", afirmou Andreia Rezende, ressaltando a importância do apoio técnico e administrativo dos servidores do Legislativo, ativos e aposentados, que contribuíram para que os vereadores pudessem entregar resultados significativos.

Com o encerramento do ano legislativo, a Câmara inicia o recesso, que suspende apenas as sessões ordinárias. Durante o período, gabinetes e setores administrativos funcionam normalmente, e sessões extraordinárias poderão ser convocadas se necessário, sem remuneração adicional. Os trabalhos em plenário serão retomados em 2 de fevereiro de 2026, marcando o início de um novo ciclo de votações e de acompanhamento das políticas públicas do município.



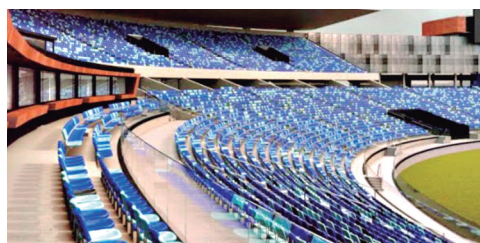
Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

Novo Serra Dourada, o futebol goiano grande outra vez

Como nos grandes estádios do mundo, o Serra Dourada será uma das principais (senão a principal) atração turística de Goiânia, onde as pessoas poderão fazer um tour com um guia especialmente preparado para apresentar o arrojado projeto do equipamento, que promete ser um dos mais modernos e funcionais complexos poliesportivos do Brasil. O novo Serra Dourada é a esperança do renascimento do futebol goiano, que caiu para a série B a partir do momento em que os clubes da capital passaram a jogar em seus pequenos estádios.

As obras do complexo serão iniciadas em maio do próximo ano e deverão ser entregues em 2028. O projeto respeita as características históricas do Serra Dourada, mas internamente receberá



Novo Serra Dourada, o mais moderno do Brasil

muitas modificações, entre elas, o rebaiamento do gramado em 1,5 metro (com grama natural), a construção de camarotes no nível do gramado e no local onde atualmente ficam as cabines de rádio, restaurantes com visão para o gramado, espaços para exposições de arte, realização de casamentos e outros eventos sociais.

A expectativa é que o estádio Serra

Dourada passe a receber depois da reforma um público de 44 mil pessoas em dia de jogos de futebol e até 60 mil em outros eventos. Na exposição da Constucap (empresa responsável pela execução do projeto), foi dito que no local das atuais cabines de rádio e TV, serão construídos camarotes, mas não disse onde serão instaladas as novas cabines para os profissionais da imprensa. Além das modificações a serem implantadas no estádio e no ginásio, o projeto prevê também a construção de um parque linear no entorno do complexo. O local contará com uma ciclovia e uma pista de corrida/caminhada com extensão de 3 km. Haverá ainda um paisagismo com plantas e árvores típicas do cerrado.



ra será substituída por um modelo com linhas arredondadas com telões de LED.

O Goiânia Arena também deverá ganhar novo teto com cobertura acústica e um telão quadrado no centro do Ginásio. A capacidade do ginásio não será alterada, permanecendo 9 mil pessoas para eventos esportivos e 14 mil para shows, onde o público fique no piso. Haverá uma interligação entre o Goiânia Arena e o Serra Dourada.

- ✓ O Vila Nova, campeão goiano de 2025, é o time da capital que mais contratou visando as disputas da próxima temporada. Já são oito reforços acertados e com esse elenco, a diretoria entende que o time está pronto para iniciar o campeonato goiano.
- ✓ Estão contratados o goleiro Airton, o zagueiro Anderson Jesus, os volantes Willian Maranhão e Marco Antônio, o meia Marquinhos Gabriel, e os atacantes Dellatorre, Ryan e Rafa Silva.
- ✓ O atacante Janderson, que já defendeu o Atlético Goianiense, também interessa ao Vila Nova. Mas o jogador, que pertence ao Ceará, deverá permanecer no "Vozão" para as disputas da Série B.
- ✓ O Atlético Goianiense acertou a compra do zagueiro Tito, que pertencia ao Maringá e defendeu o rubro-negro na atual temporada. O contrato com o defensor terá duração de três anos.
- ✓ O goleiro Anderson não deve permanecer no Dragão. A Chapecoense, que vai disputar a série A em 2026, demonstrou interesse na contratação do jogador.
- ✓ O zagueiro Titi, do Goiás, foi procurado pelo Coritiba, que vai disputar a série A no próximo ano. O jogador tem contrato com o Goiás até o final de 2026, mas terá sua saída facilitada pelo time esmeraldino.

Cobertura arredondada

O Ginásio Goiânia Arena vai apresentar a maior modificação de todo o projeto. Será mantida a parte estrutural, mas com mudanças na capa de cobertura, e poderá abrigar shows também na parte externa. Internamente, serão construídos camarotes, novos banheiros e bares para melhor atender o público. A atual estrutura da cobertu-

goias.gov.br/goiasnumero1

Goiás

no seu melhor estado.

O governo que mudou a história de Goiás entregou resultados que transformaram a vida das pessoas. Hoje, o Estado vive seu melhor momento: mais forte, mais seguro e pronto para o futuro.

Ainda há muito o que fazer, mas a mudança que deu certo vai continuar.

1º lugar no Ideb

Mais de R\$ 28 bilhões investidos na saúde desde 2019

Estado líder na geração de emprego

Estado mais seguro do Brasil

Maior programa de combate à pobreza do Brasil

Maior programa de infraestrutura rodoviária da história do estado

GOVERNO DE

GOIÁS

O ESTADO QUE DÁ CERTO

ESCOLA

TRABALHO

Formação profissional em Goiás emprega 9 de cada 10 alunos

Educação profissional impulsiona indústria goiana e Sesi/Senai projetam expansão histórica para 2026

Dhayane Marques

Em um cenário em que a indústria goiana cresce acima da média nacional e se reinventa a partir de tecnologias como inteligência artificial, automação e novos processos produtivos, a qualificação profissional assumiu papel de protagonista. Em Goiás e no Brasil, o Sesi e o Senai consolidam-se como dois pilares essenciais na formação de trabalhadores preparados para lidar com um mercado cada vez mais complexo, digitalizado e exigente.

Apenas em 2025, as duas instituições colocaram no mercado mais de 80 mil novos profissionais, entre cursos de qualificação, aprendizagem industrial, técnicos, graduação e pós-graduação. O balanço foi apresentado pelo diretor de Educação e Tecnologia do Sesi e Senai Goiás, Claudemir Bonatto, em entrevista exclusiva à Tribuna do Planalto. “Mais de 93% dos alunos do Senai estão empregados na área em que se formaram. Isso mostra que nosso modelo educacional está alinhado às demandas reais da

indústria”, afirma.

O número reforça a relevância social e econômica da formação de longa e média duração com cursos que criam carreiras sólidas, ampliam produtividade e respondem à velocidade das transformações tecnológicas em curso.

Bonatto reforça que o acompanhamento das tendências de mercado orienta o desenho dos cursos: “Monitoramos permanentemente as demandas da indústria para ajustar os currículos. A geração de emprego em Goiás tem puxado a busca por qualificações em setores como alimentos, bebidas, biocombustíveis e tecnologia”.

UMA REDE QUE MODELA FUTUROS

O Sistema FIEG, que completou 75 anos em 2025, opera hoje uma das maiores redes de educação básica e profissional do país. O Sesi oferece desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio com metodologia STEAM; já o Senai se destaca como um dos maiores complexos de educação profissional do mundo, atuando em 28 áreas industriais e mantendo taxas de empregabilidade que ultrapassam 90% em cursos como Mecânica, Alimentos e Automação.

Em Goiás, a expansão física e pedagógica ganhou ritmo acelerado nos últimos dois anos. Apenas em 2024 e 2025, novas unidades foram inauguradas em Senador Canedo, Luziânia, Rio Verde, Mineiros, Catalão, Itumbiara

fissões e competências exigidas pelas indústrias do século XXI.

A iniciativa usa laboratórios maker, cultura digital, programação, inteligência artificial, desafios práticos e projetos integradores para desenvolver o que o Sesi considera as novas alfabetizações: científica, tecnológica e socioemocional.

Reprodução



Com índice de 90% de empregabilidade, cursos técnicos em Goiás conectam estudantes às demandas reais da indústria

e, agora em dezembro, em Goianésia. Outras duas obras já começaram: as novas escolas do Jardim das Oliveiras, em Goiânia, e a unidade de Senador Canedo, que será referência nacional.

“Estamos construindo escolas maiores, mais completas e voltadas ao futuro. A indústria goiana está crescendo e, com ela, cresce a necessidade de profissionais formados em áreas como robótica, automação, IA, mecatrônica, tecnologia da informação e processos avançados de manufatura”, explica Bonatto.

INDÚSTRIA AQUECIDA, DEMANDA CRESCENTE

Em 2024, Goiás superou a média nacional de crescimento industrial e atraiu novos investimentos em alimentos e bebidas, bioenergia, logística, automação e tecnologia. Para aten-

der a esse movimento, o Senai Goiás mantém hoje mais de 150 mil alunos matriculados e projeta crescimento ainda maior para 2026 e 2027.

O efeito da formação profissional aparece também nas trajetórias individuais. O engenheiro Johnny Corrêa, hoje gerente de Pesquisa e Eficiência Energética na Caoa, começou a vida como mecânico após se formar no Senai. “O Senai foi a base de tudo. Mudou meu futuro”, resume.

A atuação não se limita às salas de aula. Os Institutos Senai de Tecnologia ampliaram consultorias, pesquisas aplicadas e ações do programa Brasil Mais Produtivo, levando soluções de eficiência energética, automação e produtividade a mais de 350 micro e pequenas indústrias só em 2025. Projetos de pesquisa em alimentos e resí-

duos agroindustriais, como o premiado estudo com o pequi do guaçu, colocaram Goiás em evidência nacional.

“O mundo do trabalho está mudando. A inteligência artificial não é mais tendência; é realidade. Criamos um portal exclusivo de IA para apoiar tanto alunos quanto empresas, com cursos e serviços que já ajudam a transformar processos produtivos”, destaca o diretor.

A empresária Isis Granja, da 3A Química, viu sua empresa renascer após consultoria do Senai reorganizar processos e corrigir falhas que levaram à interdição temporária. “Foi o que salvou a empresa da minha família”, diz.

AVANÇO DOS CURSOS DE PROGRAMAÇÃO

O diretor de Educação e Tecnologia do Sesi e Senai Goiás, Claudemir Bonatto, afirmou que os cursos de linguagem de programação têm ganhado espaço na formação profissional porque a indústria já exige esse conhecimento em vários setores. Segundo ele, dominar códigos como Python, JavaScript e C++ deixou de ser algo restrito à área de TI e passou a fazer parte do dia a dia das empresas, seja para operar máquinas automatizadas, interpretar dados ou criar soluções digitais. Bonatto destacou que a rede tem ampliado turmas, atualizado conteúdos e integrado programação às trilhas técnicas para garantir que os estudantes acompanhem o ritmo da transformação tecnológica.

Conecta Sesi: tecnologia e aprendizagem ativa aproximam alunos da indústria do futuro

Enquanto o Senai expande a educação profissional, o Sesi Goiás segue fortalecendo a formação básica com inovação. Um dos destaques é o Conecta Sesi, projeto que integra tecnologia, metodologias ativas e experiências práticas para aproximar estudantes do Ensino Fundamental e Médio das pro-

O Conecta Sesi já atende milhares de estudantes em unidades de Goiânia, Aparecida, Anápolis e Rio Verde e faz parte do movimento do Sistema Fieg para formar jovens preparados para seguir carreira técnica, universitária ou empreendedora. A base desse trabalho é a metodologia STEAM, sigla para Ciência,

Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática.

Na avaliação do diretor Claudemir Bonatto, o projeto cumpre papel estratégico. “O Conecta Sesi é a porta de entrada para o estudante compreender que ciência, tecnologia e inovação fazem parte do seu cotidiano. Quando ele chega ao Senai,

já vem com repertório, curiosidade e autonomia”, destaca.

Com a expansão das Escolas de Referência e a inauguração de novos polos, o Conecta Sesi deve chegar a mais cidades em 2026, ampliando o impacto da educação básica na preparação dos profissionais que a indústria goiana precisa para o hoje e amanhã.